

## **O elevado déficit fiscal do Governo Central (até nov./20)**

**Roberto Balau Calazans<sup>1</sup>**

Em 2020, as fortes elevações do déficit primário (R\$ 700 bilhões até novembro) e da dívida bruta — estimada em 91% do PIB — expõem o enorme quadro de dificuldades fiscais enfrentado pelo setor público brasileiro, em especial o Governo Central. A pandemia da Covid-19 freou a recuperação da economia brasileira que vinha acontecendo ao final de 2019. A situação financeira dos estados e municípios foi atenuada, pois esses receberam R\$ 78,2 bilhões de apoio financeiro, sem contar as transferências adicionais realizadas ao Sistema de Saúde em virtude da pandemia e a suspensão do pagamento do serviço das dívidas refinanciadas com a União. No caso gaúcho, até o parcelamento salarial foi revisto graças ao apoio de recursos federais.

Houve a elevação das necessidades de financiamento do Governo Central para viabilizar os gastos com a pandemia, sendo estes financiados mediante a expansão das emissões líquidas da dívida mobiliária do Tesouro Nacional, pressionando, ainda, a utilização crescente das operações compromissadas e o encurtamento dos prazos dos títulos públicos em mercado ao longo de 2020.

De acordo com os dados divulgados pelo Tesouro Nacional para o período janeiro a novembro de 2020, exibidos na Tabela 1, o Governo Central atingiu déficits primário e previdenciário de R\$ 699,1 bilhões e R\$ 263,7 bilhões, respectivamente. Nesse quadro de dificuldades, a única notícia positiva é a possível redução dos juros nominais devido à relevante queda da taxa Selic (2% ao ano). Mesmo com a elevação da dívida bruta, a carga de juros nominais não se elevou de forma significativa em virtude da política monetária executada pelo Banco Central. As receitas primárias tiveram uma queda real de 10%, contra uma elevação da despesa primária de 39% ao longo dos 11 meses de 2020.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia da UFRGS. Artigo 30/12/2020.

Tabela 1 - Principais indicadores de desempenho do Governo Central, 2019-2020

R\$ milhões

ANOS	RECEITA TOTAL	RECEITA LÍQUIDA	DESPESA PRIMÁRIA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	PESSOAL ENCARGOS	RESULTADO PRIMÁRIO	JUROS NOMINAIS	RESULTADO NOMINAL	RESULTADO RGPS
Jan./19	160.774	136.843	106.813	46.110	26.111	30.030	-17.962	17.645	-13.793
Fev./19	114.665	85.373	103.604	46.747	23.847	-18.231	-25.396	-46.008	-15.093
Mar./19	114.097	94.415	115.502	53.788	27.215	-21.087	-37.307	-57.707	-22.597
Abr./19	144.655	124.700	118.174	47.679	24.087	6.526	-29.014	-22.881	-13.616
Mai./19	118.324	90.777	105.520	47.620	23.947	-14.743	-29.962	-43.152	-14.918
Jun./19	112.971	92.467	104.272	47.744	24.118	-11.805	-12.678	-24.891	-14.986
Jul./19	136.055	114.240	120.175	48.288	30.617	-5.934	-22.680	-24.082	-16.106
Ago./19	117.311	94.199	111.019	53.610	23.620	-16.821	-45.376	-61.835	-20.630
Set./19	120.758	102.976	123.448	66.096	23.700	-20.472	-20.625	-41.256	-33.519
Out./19	134.795	116.646	107.963	48.582	23.763	8.684	-15.571	-7.026	-14.637
Nov./19	127.120	101.851	118.425	53.745	27.673	-16.574	-32.656	-50.834	-21.166
Dez./19	233.586	192.293	206.929	66.501	34.389	-14.637	-20.888	-36.988	-12.117
Jan./20	173.967	151.699	107.566	48.435	26.786	44.133	-32.603	12.866	-15.396
Fev./20	115.793	82.397	108.256	50.936	24.562	-25.858	-24.652	-51.545	-18.271
Mar./20	111.081	91.757	112.887	50.502	24.338	-21.131	-51.443	-72.823	-18.921
Abr./20	100.848	82.077	175.078	56.194	24.466	-93.001	-17.348	-109.513	-33.381
Mai./20	76.053	54.005	180.637	74.796	24.356	-126.632	-5.709	-132.801	-54.323
Jun./20	80.688	64.969	259.841	76.929	28.099	-194.872	-17.808	-212.988	-55.152
Jul./20	111.099	90.251	178.138	50.679	31.800	-87.886	-2.869	-91.010	-19.875
Ago./20	121.417	102.127	198.197	50.123	24.517	-96.070	-30.487	-126.958	-10.194
Set./20	121.996	106.621	182.766	50.612	24.481	-76.144	-34.614	-109.762	-17.226
Out./20	153.573	133.243	136.645	51.129	24.565	-3.402	-30.071	-33.281	-9.638
Nov./20	139.760	113.140	131.381	51.120	28.675	-18.241	0	0	-11.339
<b>Jan – nov./19</b>	<b>1.401.525</b>	<b>1.154.488</b>	<b>1.234.916</b>	<b>560.009</b>	<b>278.698</b>	<b>-80.428</b>	<b>-289.227</b>	<b>-362.026</b>	<b>-201.062</b>
<b>Jan- nov./20</b>	<b>1.306.275</b>	<b>1.072.286</b>	<b>1.771.392</b>	<b>611.455</b>	<b>286.647</b>	<b>-699.105</b>	<b>-247.604</b>	<b>-927.815</b>	<b>-263.716</b>
<b>Variação</b>	<b>-95.250</b>	<b>-82.201</b>	<b>536.476</b>	<b>51.446</b>	<b>7.949</b>	<b>-618.678</b>	<b>41.624</b>	<b>-565.789</b>	<b>-62.654</b>
<b>% IPCA</b>									
jan-nov-20/jan-nov-19	<b>-9,7</b>	<b>-10,0</b>	<b>39,3</b>	<b>6,0</b>	<b>-0,2</b>	<b>752,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>27,8</b>

FONTE: Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, novembro/20.

As despesas primárias relacionadas ao combate à pandemia alcançaram, até novembro, o montante de R\$ 487,4 bilhões, sendo que R\$ 275,8 bilhões foram para o auxílio emergencial, R\$ 78,2 bilhões para o apoio financeiro aos estados e municípios e R\$ 40,4 bilhões para as despesas adicionais à Saúde, dentre outras.

Tabela 2 - Despesas pagas pela União relativas ao combate da Covid-19

R\$ milhões

ITENS	JAN-NOV-2020
<b>I. DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	487.403,0
<b>II.2 Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil</b>	164,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	164,1
<b>II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados</b>	78.246,6
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	78.246,6
<b>II.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)</b>	395.817,9
Ampliação do Programa Bolsa Família	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	275.775,9
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	31.288,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	40.484,6
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	47.900,0
<b>II.3.19.27 Demais Subsídios e Subvenções</b>	11.806,8
Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	6.806,8
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	5.000,0
<b>II.3.21 Transferências Multas ANEEL</b>	900,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0
<b>II.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>	355,7
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	355,7
<b>II.4.2 Discricionárias</b>	111,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	111,9
<b>II. DESPESAS FINANCEIRAS</b>	1.423,7
<b>III. DESPESAS TOTAIS "COVID-19" (I + II)</b>	488.826,7

FONTE: Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, novembro/20.

Em virtude desses gastos adicionais, o Tesouro Nacional elevou a emissão líquida de dívida mobiliária em poder do público (DPMFi), visando dar cobertura à elevação do déficit primário do Governo Central. A DPMFi teve um incremento de R\$ 470,1 bilhões, centradas em novas emissões de LTN e LFT com prazos menores.

Tabela 3 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional – dez/19/nov/20

ITENS	DEZ/19	NOV/20	VARIAÇÃO
<b>1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	2.915.467	3.466.476	551.010
<b>Dívida Interna</b>	5.946.852	6.441.300	494.448
<b>DPMFi em Poder do Público <sup>1/</sup></b>	4.083.229	4.553.410	470.181
LFT	1.648.889	1.698.717	49.828
LTN	855.033	1.142.536	287.503
NTN-B	1.002.197	1.081.021	78.824
NTN-C	86.844	105.782	18.938
NTN-F	449.978	482.475	32.497
Dívida Securitizada	3.736	3.436	-300
Demais Títulos em Poder do Público	36.553	39.444	2.891
<b>DPMFi em Poder do Banco Central</b>	1.888.702	1.910.919	22.217
LFT	1.648.889	1.698.717	49.828
LTN	855.033	1.142.536	287.503
Demais Títulos na Carteira do BCB	800.912	878.139	77.227
<b>(-) Aplicações em Títulos Públicos</b>	-27.985	-26.052	1.932
<b>Demais Obrigações Internas</b>	2.905	3.022	117
<b>Haveres Internos</b>	3.031.386	2.974.824	-56.562
<b>2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	164.905	233.610	68.705
<b>3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)</b>	3.080.372	3.700.087	619.715
<b>4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>2/</sup></b>	41,59%	49,69%	

FONTE: Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, novembro/20.

No atual quadro fiscal, marcado pela contínua elevação do endividamento do setor público, há a necessidade de convergir para uma política fiscal responsável que garanta a sustentabilidade da dívida a médio prazo, contendo a expansão real dos gastos públicos e buscando resultados primários positivos nos anos vindouros, de forma a reduzir a relação dívida/PIB. Os gastos com pessoal não cresceram em termos reais em 2020 e estarão contidos em 2021, sendo uma variável sob controle. O déficit previdenciário continua se elevando, 27% em termos reais.

As despesas temporárias relacionadas ao combate à Covid-19 dependerão dos impactos da segunda onda da epidemia e da eficácia da política de saúde pública implementada pelo Ministério da Saúde e pelos governos subnacionais. Com uma dívida bruta acima de 90% do PIB e um déficit primário já elevado, é muito complicado defender uma política fiscal expansionista, ainda que haja um enorme apelo à manutenção dos atuais níveis de gastos sociais. Os riscos de dominância fiscal são evidentes se a política fiscal seguir um caminho irresponsável.